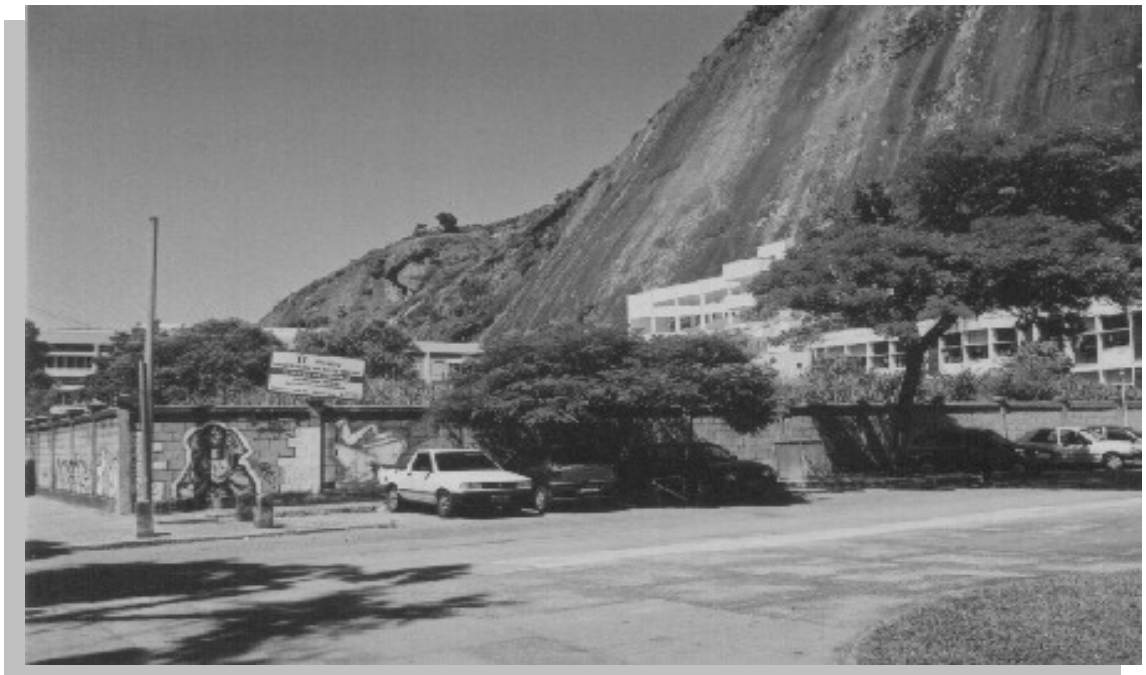


A mudança físico-espacial da Escola da Praia Vermelha



2.1 A Escola da Praia Vermelha: 1919-1972 ¹

O Nicodemo. O jalaoba (bis)
O esqueleto da Faculdade
Tava guardado na criolina
Mas já acordou e já gritou
Que a maioral é a Medicina
A Nacional de Medicina é a escola papa-fina.

Costumamos chamar de distinção uma certa qualidade de porte e de maneiras, que freqüentemente é considerada inata. Bourdieu (1997), entretanto, alerta que o que ela significa de fato é diferença, separação, traço distintivo, ou seja, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades.

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a “distinção” - no sentido duplo do termo - das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade, mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem como “cultura” a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (Bourdieu, 1989).

Para os professores da Faculdade de Medicina da UFRJ, estudar na Escola da Praia Vermelha significou acumular um enorme capital social e esse prestígio estava relacionado a uma conjugação de fatores, como a grandiosidade arquitetônica de sua sede; a memória da instituição representada nos quadros de professores que por lá passaram ao longo de dois séculos e pelo intenso convívio existente entre professores, alunos e funcionários.

¹ A história da medicina brasileira é dividida em três fases. 1) Medicina dos físicos e cirurgiões, curiosos e feiticeiros - dos primórdios do povoamento até 1808. Abrange toda a história da arte médico-cirúrgica dos primitivos habitantes da terra. Compreende as medicinas indígena, jesuítica, africana e dos profissionais portugueses, espanhóis, holandeses e dos naturais da terra. Também é designada de “Fase Ibérica”; 2) Medicina pré-científica - tem origem na criação da Escola de Cirurgia da Bahia, em 18 de fevereiro de 1808, e da Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1808, por Dom João VI. As duas são transformadas nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1832. Pouco a pouco desaparecem os físicos e cirurgiões de formação ibérica, enquanto vão surgindo os doutores das faculdades nacionais, instruídos segundo os moldes franceses; 3) Medicina científica - nasce com os estudos dos pesquisadores da Bahia. É uma fase recente, com destaque para Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Carlos Chagas, Vital Brazil e Pirajá da Silva. Em sua fase inicial prepondera o modelo dos Institutos, em que são destaque os de Manguinhos (RJ) e o Butantã (SP) (Santos Filho, 1991).

“Era o máximo. Nós parados na escadaria daquele prédio maravilhoso, uma beleza arquitetônica. Aquilo era muito bonito! Os móveis, o mobiliário, aquilo tudo era uma coisa de uma imponência! Era um privilégio estar ali. Tinha uma coisa que impactava pela grandiosidade, pelo que representava toda aquela história, aqueles quadros dos professores antigos, aquelas bancadas, aquelas aulas nos anfiteatros que eram belíssimos, aquela coisa da austeridade!” (E 1, década de 70, assistente).

“Havia quadros maravilhosos de um valor inestimável. Um que representava o Barão de Goiana: o (José Correa) Picanço que foi o conselheiro de Dom João VI na criação da Faculdade da Bahia, cirurgia-mor na ocasião. O quadro que está Dom Pedro I entregando ao diretor da Faculdade o decreto da criação com os professores ao fundo, todos os professores da época e tudo. Só eu sei identificar aquela gente, ninguém sabe mais nada. Havia depois os quadros mais modernos: o do Carlos Chagas pintado pelo Portinari, coisas assim extraordinárias” (E 4, década de 30, titular).

Maia (1996), em suas memórias, relata sua experiência:

“Para chegar-se à secretaria, onde no primeiro dia tive que apresentar os documentos para matrícula, percorri parte do corredor e senti a emoção que todos que por ali passaram pela primeira vez devem ter experimentado. Nos dois lados do corredor, no alto, estavam colocados os retratos, em pintura, de todos os catedráticos da Faculdade, desde seus primeiros dias. Os quadros foram pintados pelos melhores pintores e esta galeria constituía uma verdadeira história, não só da Faculdade, mas da pintura do Brasil” (p.136).

Nas memórias do autor há indícios suficientes para se afirmar que a docência de medicina no século XIX era algo que permitia ao grupo acumular enorme capital social²:

“Entre os retratados encontravam-se 17 lentes que possuíam títulos de nobreza, barões, viscondes e condes, mostrando o prestígio que médicos e professores possuíam na Corte. Para demonstrar consideração e respeito com que eram tratados

² O capital social está no fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendido no nível dos agentes singulares (...), não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado. Tais efeitos, (...) são particularmente visíveis em todos os casos em que diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) mais ou menos equivalente, segundo o grau que eles podem mobilizar, por procuração, o capital de um grupo (família, antigos alunos de escola de “elite” etc.) mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital. O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação de um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade (Bourdieu, 1998: 67).

os professores da Faculdade, pode ser registrada na Memória Histórica de 1855 ao fato de que no dia 9 de julho a Congregação tomou conhecimento do Decreto pelo qual o Imperador conferia aos Professores Catedráticos as honras de Desembarcadores” (Maia, 1996: 138).

No relato dos professores, foi possível verificar que o prestígio da Escola da Praia Vermelha se antecipava ao próprio curso médico através do denominado Curso Complementar:

“Constituiu-se numa interessante experiência curricular que tinha como pressuposto que o curso ginásial não tinha condições suficientes de preparar o aluno para um curso superior. Ele ocupava o espaço do 2º. grau que não existia ainda e visava preparar o aluno para o vestibular. Não durou muito tempo e foi depois substituído pelos cursos Clássico e Científico. Era ministrado pelos próprios catedráticos e dentro da própria Faculdade de Medicina” (E 2, década de 40, adjunto).

Isso significa que, antes mesmo da entrada para o curso médico, o aluno já entrava em contato íntimo com a instituição e por ela era moldado, ou seja, a Faculdade, através do Curso Complementar, antecipava a constituição do *habitus* universitário, como também contribuía na constituição de disposições para a carreira docente. De acordo com os relatos, o Curso Complementar possibilitava uma importante complementação ao salário muito baixo desses professores; no entanto em 1937 os catedráticos foram proibidos de acumular essas docências com a do Curso de Medicina. Ao serem obrigados a optar por um desses dois lugares foi-lhes permitido indicar substitutos para essa função, tendo sido em muitos casos nomeados os próprios monitores de suas cátedras. Além do mais, é possível inferir que a esfera de influência que a Faculdade de Medicina exercia era muito maior do que se possa supor, pois abrangia, além desse curso pré-médico, outros cursos complementares de Direito e Engenharia, com conteúdos específicos para essas áreas.

“O Curso começou a funcionar em 1935 e terminou em 40. Ele terminou porque se criou o Colégio Universitário que era da UFRJ e funcionava no Instituto Benjamin Constant. Isso funcionou alguns anos ali e foi também muito bom. Tinha professores de qualidade excelente. Aí eu não posso precisar o ano, mas, ainda na década de 40, houve a Reforma que criou os cursos Clássico ou Científico. Aí acabou o Complementar. Quem fazia Complementar para medicina era um curso, para direito ou engenharia eram outros. Todos eles funcionavam na Faculdade de Medicina. A Faculdade funcionava até umas 10, 11 horas da noite. Milhares de

advogados e profissionais de outras áreas passaram dois anos lá na Praia Vermelha” (E2, década de 40, adjunto).

Nessa fase, o prestígio da Faculdade Nacional de Medicina era muito maior do que o da Universidade do Brasil:

“Eu nunca me senti participante de uma Universidade. Nós éramos alunos da Faculdade Nacional de Medicina: era o orgulho nosso. E a Universidade... Houve uma época em que a Universidade e a Reitoria funcionavam num prédio da esquina da rua Uruguaiana com a rua do Ouvidor num quarto ou quinto andar de um prédio com meia dúzia de funcionários que o (Pedro) Calmon nas memórias dele compara com as instalações de um consultório de dentista modesto. A Faculdade Nacional de Medicina era mais importante que a Universidade do Brasil, com certeza. A Universidade era uma sala com meia dúzia de funcionários e com o reitor” (E 2, década de 40, adjunto).

Pela lei nº. 452, de 5 de julho de 1937, os estabelecimentos de ensino que haviam inicialmente sido reunidos para constituir a Universidade do Rio de Janeiro³ reuniram-se a outras instituições para constituir a Universidade do Brasil⁴. Observe-se que esta mesma lei determinava a construção da Cidade Universitária. A Universidade ampliada passou a constar então de 15 faculdades e 16 Institutos de Pesquisa. Nos estudos que Fávero (2000) empreendeu sobre a Universidade do Brasil, cobrindo o período que vai de 1920 a 1965, aparece mais detalhada no exame das fontes documentais a presença de “grupos hegemônicos” existentes na Universidade:

“A esse respeito, o exame das Atas do Conselho Universitário aponta para a presença marcante de três “grandes escolas” - Medicina, Engenharia e Direito - que, através de seus representantes, exercem papel decisivo no encaminhamento de problemas e discussões relevantes na Universidade. É dessas unidades, também, que saem os Reitores da Universidade até 1965, os quais trazem em seus currículos a participação em entidades e órgãos como: a Academia Brasileira de Letras (ABL), Academia Brasileira de Ciências, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Sendo que dois chegam a ocupar o cargo de Ministro da Educação” (Fávero, 2000: 107).

³ Pelo decreto nº. 19.852, de 11 de abril de 1931, a Universidade do Rio de Janeiro foi constituída pelas seguintes unidades: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Escola de Minas, Faculdade de Educação, Ciências e Letras, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola de Belas-Artes e Instituto Nacional de Música (Maia, 1996).

⁴ Integrada pelas seguintes unidades: Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade Nacional de Educação, Escola Nacional de Engenharia, Escola de Minas e Metalurgia, Escola Nacional de Química, Faculdade Nacional de Farmácia, Faculdade Nacional de Direito, Faculdade Nacional de Política e Economia, Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária, Escola Nacional de Música e Escola Nacional de Belas-Artes (op. cit., 1996).

É preciso, portanto, que se registre que na história das instituições universitárias a existência do sentido de universidade só aconteceu para os alunos e professores da Faculdade de Medicina a partir de 1973, quando ocorreu a mudança para a Ilha do Fundão, conforme diz Maia (1996):

“Isolada das outras unidades que constituíam a Universidade e sem nenhum elo aparente de ligação, jamais professores e alunos da Faculdade de Medicina tiveram a sensação de pertencer a uma universidade. A qualquer aluno que fosse perguntado em que escola estudava, a resposta seria sempre: na Nacional de Medicina, ou, simplesmente na Praia Vermelha” (p. 129).

Mas como era o ambiente escolar na Praia Vermelha? Como ele se caracterizava? Para começar, chama a atenção o fato de que na trajetória escolar da maior parte dos professores entrevistados realizar o curso de medicina na Escola da Praia Vermelha foi um fator preponderante para o desenvolvimento do *habitus* docente. Mesmo os que lá não estudaram, desde muito cedo já freqüentavam os Serviços de Clínica Médica da Faculdade Nacional de Medicina, por terem relações sociais intensas com os catedráticos dessa Instituição, o que certamente possibilitou também a criação de disposições necessárias ao seu ingresso como professores da faculdade de medicina da UFRJ. “Foi um privilégio estudar lá” - uma afirmação recorrente entre os entrevistados, demonstrando a importância e a qualidade do capital cultural acumulado em se estudar medicina nessa instituição, seja para o campo médico, como para o campo docente. Vemos, inclusive, no próximo relato, através de um dos seus símbolos mais famosos - a boina verde -, o quanto era um fator de distinção estudar medicina na Escola da Praia Vermelha: “Foi uma festa na ocasião em que passei porque antigamente você botar aquela ‘boinazinha’ verde na cabeça era a glória, né. Então, botar aqui [aponta a testa]: FNM, na Faculdade Nacional de Medicina...!” (E 1, década de 70, assistente). Os relatos mostram também como está viva na memória de seus ex-alunos a especial configuração do espaço geográfico como importante fator de agregação e convívio:

“Era ótimo! Quando eu entrei não tinha o CA que estava fechado - o Centro Acadêmico reabriu em 77 ou 78. Mas era muito bom! Tinha uma pracinha, que se chamava Pracinha Vermelha, em que a gente discutia política. Era ótimo, porque era bonito o local e era interessante. E eu gostava tanto que todos os anos nas férias eu fiz monitorias. Aí no intervalo a gente ficava rodando por ali mesmo. Lia muito, né. A

biblioteca era ótima, o ambiente era uma festa” (E 15, década de 70, adjunto).

E como era a relação dos alunos com os professores?

“A gente entrava na aula para assistir naqueles anfiteatros, cada professor que entrava a gente ficava quase que assim como uma admiração ‘pô, fulano vem dar aula!’. Tinha um respeito profundo. Eu achava as sessões clínicas maravilhosas. Um negócio! Uma beleza! Muito solene! Sentava o pessoal já mais graduado na frente de acordo com... Esses alunos sentavam atrás, quanto mais ficava mais distante, você era menos. E você assistia aquela discussão clínica. Era um negócio assim, que era um...! Eu ficava ali...! Eu ficava...! Ninguém faltava. Era um show de medicina que havia ali! De diagnóstico, de... Você achava: ‘pô, como o cara sabe!’ ” (E 1, década de 70, assistente).

Como vemos, até aqui é notável e constante o caráter afetivo e mesmo nostálgico a respeito de um ambiente acadêmico acolhedor, alegre e festivo na narração de seus professores que por lá passaram na condição de alunos, nos alertando de que estamos diante de um processo de “monumentalização”, conforme a advertência de Le Goff (1996). Porém à medida que a década de 60 avança e começa a década de 70, podemos verificar também que a militância estudantil se intensifica no interior da Escola da Praia Vermelha, tornando-se outro aspecto bastante destacado pelos professores, que viveram isso na condição de alunos, não só quanto às implicações políticas desse fato, mas também quanto aos seus aspectos pedagógicos e administrativos, evidenciando, inclusive, que nem sempre era tão amistosa assim a relação com alguns dos catedráticos:

“Talvez o que mais marcasse o que era a Faculdade naquela época é que você não tinha pressa de ir embora. Às vezes você ficava lá até quatro, cinco horas pelo prazer de ficar com os colegas. Ia às vezes estudar com os colegas na biblioteca, ou tinha alguma prática social ou esportiva e você ficava na Faculdade. Uma vez, nós conseguimos terminar com uma cadeira que desagradava a todos. Foi um momento muito bem organizado e por isso conseguimos enfrentar o catedrático responsável” (E 3, década de 60, adjunto).

Mas vamos nos deter na análise da questão do desenvolvimento do movimento estudantil e sua relação com o ensino superior no Brasil no intuito de procurar compreender os rumos da Reforma Universitária de 1968 e as motivações que levaram à mudança da Escola da Praia Vermelha para a Ilha do

Fundão. Como afirma Cunha (1983), o projeto de uma reforma do ensino superior, no sentido da democratização, nasceu e se desenvolveu nos meios estudantis, salientando que foi só nos fins da república populista (1945 a 1964), quando a reforma universitária constava do rol das “reformas de base”, que alguns professores engrossaram o movimento. À medida que o movimento pela reforma universitária se intensificava, o Estado acabou, depois de 1964, por assumi-la, redefinindo o seu sentido para torná-lo mero apoio à modernização do ensino superior. Como afirma o autor, a própria União Nacional dos Estudantes (UNE) nasceu dentro de um projeto de reforma do ensino superior elaborado pelos próprios estudantes: foi no II Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em dezembro de 1938, no Rio de Janeiro, no qual a UNE foi criada, foi aprovado um Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira. Partindo de considerações que Cunha define como vagas ou até mesmo equivocadas, esse Plano apresentava cinco grandes sugestões: - I. Para a solução do problema educacional; II. Para a solução do problema econômico do estudante; III. Para a reforma dos objetivos gerais do sistema educacional no sentido da unidade e da continuidade; IV. Para a reforma universitária; e V. Para organizações extra-escolares. Este item sugeria a criação da UNE e foi aprovado pelos congressistas.

O item relativo à Reforma Universitária compreendia reivindicações de caráter pedagógico-administrativo, tendentes à modernização do ensino. O Plano sugeria a adoção, nas universidades, de múltiplos planos curriculares; da seleção de professores por meio de concursos, dando-se maior peso às provas, do critério de verificação de capacidade científica e didática dos professores a cada dez anos; da obrigatoriedade das provas de livre-docência para o provimento das cátedras; do aproveitamento dos estudantes mais capazes como monitores estagiários; do uso de medidas objetivas (testes) nos exames finais; do método experimental no ensino jurídico; dos cursos de pós-graduação. Ao lado dessas reivindicações de modernização do ensino surgiram, também, as reivindicações políticas, principalmente “o exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna, de acordo com as necessidades sociais”; a seleção dos estudantes pelo “critério das capacidades comprovadas cientificamente, e não critério econômico”; a eleição dos reitores das universidades e dos diretores das escolas por professores e estudantes representados nos conselhos; a livre associação dos estudantes dentro da

universidade com representação paritária nos conselhos universitários (da universidade) e técnico-administrativos (de cada escola). É do fim do século XIX o início da movimentação pela reforma universitária nas universidades dos países hispano-americanos, e embora o impulso do movimento pela reforma universitária não tenha obtido repercussão comparável no Brasil, pelo menos, a Carta de Córdoba⁵ (1918) era conhecida por estudantes brasileiros, desde 1929. Cunha, no estudo em que vai desenhando o quadro que antecede as lutas estudantis pela reforma do ensino superior, conta que, neste ano, um grupo de cinco estudantes de faculdades cariocas lançou em Porto Alegre um manifesto pela reforma universitária, com citações da Carta de Córdoba e de teóricos do movimento reformista.

“Havia, naquele ano, no Rio de Janeiro, um Comitê pró-Democracia Universitária, fundado e dirigido pelo professor Bruno Lobo, catedrático da Faculdade de Medicina. Esta unidade reunia estudantes de outras faculdades e editava um jornal, a *Folha Acadêmica*, onde se divulgavam os princípios de autonomia didática e administrativa da universidade. Em agosto de 1929, já em processo o movimento que veio desembocar na Revolução de 1930, cinco estudantes membros do comitê, dois de direito e três de medicina, foram a Porto Alegre com o fim de fazer incluir os princípios por eles defendidos no programa da Aliança Liberal. Recebidos por Vargas, os estudantes obtiveram dele a solidariedade, mas não tiveram uma linha sequer de suas idéias assumida pela frente partidária. Seu manifesto foi divulgado pela imprensa local e serviu de referência para palestras, discursos e entrevistas, mas não criou raízes” (Cunha, 1983: 212).

Como se vê, os estudantes de medicina da Nacional já estavam engajados no Movimento Estudantil, com apoio inclusive de professores. Entretanto, à medida que os anos 60 e com eles a ditadura se instala, a Faculdade vive seus momentos mais difíceis e tal acirramento das tensões irá culminar com a invasão do prédio da Praia Vermelha nos idos de 1966. Um professor, indagado em que período estudou lá, responde parafraseando um livro que narra a época: “Entrei em 63 e saí em 68. No ano que nunca terminou. Exatamente, foi uma época difícil” (E 19, década de 60, adjunto). Já o depoimento seguinte narra o episódio da invasão da Faculdade pela polícia militar. Chama a atenção o fato de que nas reuniões do Movimento Estudantil que ocorreram no prédio da Praia Vermelha havia a participação de estudantes de outras faculdades e até secundaristas.

⁵ Trata-se da Carta Magna da Reforma Universitária - documento elaborado por ocasião do primeiro Congresso realizado em Córdoba por ocasião do nascimento da Federação Universitária Argentina, em 1918 (Cunha, 1983: 210).

“Aí teve um ano, 66, que teve invasão da Faculdade no fim do ano. Eu estava dentro da Faculdade quando ela foi invadida de manhã quando arrebentaram a porta com aríete. (...) Foi o dia inteiro, já vinha rolando essa brigalhada, as assembléias. Uns eram a favor de sair, outros não eram, entende? Aí tinha aqueles xiitas e começaram a arrancar as pedras portuguesas do chão para atirar na polícia e aí o presidente do Centro Acadêmico tentava pedir, porque ele tinha uma coisa... Mas as pessoas não estavam se respeitando, principalmente os secundaristas que eram os piores porque eles eram muita garotada e eles não tinham noção que estavam destruindo a Faculdade. Tinham estudantes que nem eram da Faculdade. Da Arquitetura tinham vários. E tinha um grande bando de gente da medicina, mas muitos alunos foram embora porque estavam de saco cheio daquelas discussões que a gente votava uma coisa e aí o grupo xiita se rebelava, anulava a votação, quebrava o pau, não chegava a um acordo porque tinha muitos que estavam a fim de criar um conflito mesmo, entende? (...) Bom, aí um tempão, aí eles fecharam, começou o cerco da polícia. Chegava polícia de tudo que era lado. Foi chegando, e a noite estava gelada, estava um frio bárbaro. Começaram a fazer comissão para ir comprar comida, comprar sanduíche. (...) Eu não fui preso, não. Na hora da invasão fui espancadíssimo. Tinha professores? Não me recordo” (E 11, década de 60, adjunto).

Se no depoimento anterior o professor já adianta que havia diferentes matizes convivendo no mesmo espaço, o seguinte esclarece, melhor, as divisões que existiam no interior do Movimento:

“Na turma anterior a polícia chegou a bater em pessoas que eu conheci, eu convivi com essas pessoas e eu cheguei a viver a iminência da invasão. Eu me lembro que tinha um tal de tenente Falcão que era o terror lá da Polícia Militar. Ele chegava com o uniforme brilhando todo engalanado, aqueles capacetes, aquela coisa toda. Toda hora tinha uma ameaça da Polícia Militar. Havia uma divisão nítida: o pessoal de direita e de esquerda. Dentro da própria turma. Eu evidentemente estava do lado esquerdo, porque eu não compactuava. E você via que tinha pessoas de posição de centro, também. E tinham uns que eram radicais mesmo de direita. Eu me lembro hoje das nossas reuniões lá no Centro Acadêmico que havia. Era o CACC: Centro Acadêmico Carlos Chagas” (E 1, década de 70, assistente).

Vários professores da UFRJ foram denunciados no regime militar, cassados e expulsos, mas os docentes da Faculdade de Medicina foram pouco atingidos. Os alunos, sim, eram muito participativos politicamente, e inclusive alguns deles foram presos e torturados física e psicologicamente (Gomes et al., 2001). Como muitos desses estudantes se tornaram docentes da Faculdade, alguns passaram a ter posição de destaque administrativo e político, avalio que as disposições

adquiridas no campo político foram primordiais para o desenvolvimento posterior de suas carreiras de docentes.

“Eu entrei na Faculdade em 69 e estava numa época assim de ditadura. Em 68 tinha sido o grande movimento internacional e aqui no Rio com muitas passeatas. (...) Em 69 nós pegamos um período assim bem duro de ditadura e durante praticamente todos os anos que eu fiquei na Faculdade nós vivíamos sob esse regime de grande opressão. Não tinha diretório funcionando e as próprias reuniões de turma eram consideradas sempre clandestinas. Havia um medo muito grande de se reunir um grupo maior para discutir, para se reivindicar alguma coisa. Minha turma teve várias pessoas que foram presas, envolvidas na questão do movimento estudantil e àquela época praticamente todos os estudantes estavam, de uma maneira ou de outra, envolvidos. Seja através de colegas de turma ou de algumas lideranças dessa época. Isso foi muito marcante. Tanto que depois quando houve a abertura já em 1979 durante algum tempo eu ainda tinha medo quando chegava numa turma e tinha muita gente reunida ali e tinha alguma posição política eu ficava com medo “vai haver repressão aí” porque era comum isso a gente ficava lá e chegavam as pessoas da repressão, chegavam aqueles que chamavam de dedo-duro, pessoas estranhas que você via na turma e não sabia quem era, desconfiava” (E 12, década de 70, adjunto).

Dessa forma transcorria o ambiente escolar no prédio da Praia Vermelha na fase que antecedeu as determinações do regime militar para que a Faculdade de Medicina da UFRJ efetuasse a sua mudança para a Ilha do Fundão.

2.2

A mudança para o Centro de Ciências da Saúde: 1973

A idéia de campus universitário da UFRJ antecede a própria idéia de universidade, conforme a narrativa desse professor:

“Havia a idéia de se criar uma cidade universitária. O primeiro projeto ainda foi antes de ser criada a Universidade. No final do século XIX, Paula Freitas, um arquiteto do Rio de Janeiro, fez um projeto da Universidade ocupando todo aquele terreno que vem do Canecão até a Escola Naval de Guerra. E dessa Universidade, o único prédio que começou a ser construído e depois foi interrompido é aquele prédio que ficava ao lado da medicina: o da Produção Mineral. Era aquele que tinha dois leões. Está lá até hoje. Ele começou a ser construído para ser da Faculdade de Medicina da Universidade que ainda não tinha sido criada. Em 1908, com a exposição comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos. Ela foi montada ali onde hoje é a Reitoria, que era o Hospício até a Praia Vermelha, porque a Urca não existia. (...) Depois disso, houve várias tentativas, vários projetos de instalação da Universidade. Tentaram

instalar na Vila Valqueire; na Quinta da Boa Vista; sobre palafitas na Lagoa Rodrigo de Freitas, e depois optaram pela fusão de dez ou doze pequenas ilhotas que existiam ali, dentre elas a Ilha da Sapucaia, onde se jogava todo o lixo do Rio de Janeiro pra construir uma grande área” (E 2, década de 40, adjunto).

De acordo com esses relatos, o projeto de cidade universitária, inicialmente pensado para a própria Praia Vermelha, foi preterido em benefício da Ilha do Fundão, visto que já se propunha, bem antes da Reforma Universitária de 1968, o isolamento dos estudantes do conjunto da cidade:

“O projeto original era um deslumbramento: dava-se aos militares o Fundão e os militares davam à Universidade do Brasil a Praia Vermelha. Onde está a Escola de Guerra Naval, a Escola Superior de Guerra, aquilo tudo se transferiria para o Fundão. Teria um grande portão de ferro ali na entrada da Avenida Pasteur, e o late Clube seria desapropriado e se transformaria na Escola de Educação Física. Todo aquele fundo da Praia Vermelha, da Avenida Pasteur para frente, seria a Universidade do Brasil. E a gente ganhou o Fundão, que eram quinhentas e tantas Ilhas que foram aterradas para os militares. Isso foi no governo Getúlio Vargas, ministro da educação: Clemente Mariani. Por que não foi feito? Porque os militares na época consideraram que era muito bom colocar os estudantes lá na Ilha do Fundão. Porque qualquer arruaça dos estudantes era só fechar as pontes do Fundão e os estudantes ficavam ilhados. Problema de segurança, pois os estudantes na Praia Vermelha estariam no bochicho da cidade. E aí poderiam fazer passeatas, parar bonde, quebrar padaria, nesse momento da repressão getuliana. Então, na verdade, todo um processo de segurança nacional permeou não ser a Universidade na Praia Vermelha e ser no Fundão” (E 6, década de 60, titular).

Fávero (1993) destaca três pontos como pano de fundo na análise do momento que antecede a Reforma Universitária: (i) O contexto econômico e social de modernização do País, que se inicia de forma acelerada a partir da década de 50; (ii) os movimentos estudantis organizados da UNE; e (iii) as medidas oficiais adotadas a partir das recomendações contidas nos relatórios resultantes da cooperação norte-americana (MEC/USAID e *Atcon*) e o do general Meira Mattos, elaborado como medida para conter e disciplinar o movimento estudantil. Esses relatórios viriam a servir de base para a estruturação da reforma universitária. Para Cunha (2000)⁶, a concepção de organização da produção fabril para a organização racional do trabalho - o *taylorismo*, se expressa na

⁶ CUNHA, L. A. Reforma Universitária em crise: gestão, estrutura e território; e: O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento? In: Trindade, H. (org.) *Universidade em ruínas: na república dos professores*. RJ: Vozes/RGS: CIPEDDES, 2000, 2ª ed.

universidade na eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e na separação entre as atividades de concepção e de execução. Ambas as diretrizes fazem parte da Reforma de 1968 e estão profundamente interiorizadas na estrutura e no funcionamento das instituições universitárias brasileiras.

Na primeira metade dos anos 60, as universidades federais encontravam-se em situação de completa saturação. Não só a capacidade de seus prédios estava totalmente aproveitada como, também, a de seu pessoal de ensino e administração, sendo que o regime de cátedras era apontado como o responsável por tal situação. A base da organização das universidades era o curso profissional de graduação que, por sua vez, tinha seu currículo dividido em matérias, correspondendo cada qual a uma cátedra. Para alterar o currículo era preciso alterar o número e a composição das cátedras, com a correspondente alteração do quadro de pessoal docente, administrativo e facilidades, em termos de laboratórios, de oficinas, de enfermarias, de bibliotecas e outras. A departamentalização implicou, também, a criação de uma nova instância na organização das universidades - a coordenação e o colegiado de curso (ou congregação de carreira). Este seria formado de representantes dos departamentos, cujas disciplinas colaboram, em diferentes medidas, no curso em questão. A departamentalização, a divisão dos cursos de graduação e o regime de matrícula por disciplina (regime de créditos) vieram a compor uma tríade que levaria à minimização do custo da matrícula adicional, ou seja, a racionalização da produção das universidades federais do Brasil. Como analisa Cunha (2000), faculdades inteiras foram transferidas para os *campi*, em geral situados nas periferias das cidades, quando não fora delas. Os prédios de departamentos, de faculdades, de institutos, de escolas e de centros foram distribuídos num espaço recriado, de modo que expressavam claramente a hierarquia de poder e prestígio.

Todas essas mudanças foram possibilitadas pela repressão político-ideológica a professores e estudantes, assinala Cunha. Os atos institucionais e a Constituição de 1967 abriram caminho para a extinção do regime de cátedras; decretos-lei determinaram mudanças na organização administrativa e acadêmica, fechando as possibilidades de apelação; o Ato Institucional nº 5 e o decreto-lei 477/69 ameaçavam com a perda ou a limitação de emprego futuro os professores, e com a expulsão os estudantes que fossem acusados e julgados, em rito sumário, por

prática de atividades consideradas subversivas. A principal argumentação que justificava a indispensabilidade do campus enfatizava a condição *espacial* para que os objetivos *econômicos* da reforma universitária fossem alcançados: a eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, e, por via de consequência, a minimização do custo médio da matrícula adicional, num ensino superior em rápida expansão. As recomendações dos consultores norte-americanos sobre as vantagens do campus suburbano resultaram não só do fato de que esse era o modelo que eles conheciam e valorizavam em seu país, como, também, de que o consideravam adequado para eliminar ou atenuar o que julgavam ser a excessiva politização dos estudantes das universidades brasileiras. (op. cit., 2000)

Quem acabou por determinar de fato a mudança para a Ilha do Fundão? Bom, se o pano de fundo da mudança foi a Reforma Universitária de 1968, a frase recorrente nos depoimentos dos professores, nesse caso, é: “Foi por determinação da ditadura.”

“A mudança foi imposta pelo Regime Autoritário, tendo sido determinado que isso teria que ocorrer no período entre 1972 e 1973. Ela foi feita às pressas e sem um planejamento prévio. Uma situação até mesmo dramática, pois as equipes de diversas escolas da área da saúde, além da própria Faculdade de Medicina, chegavam ao Fundão e não sabiam muito bem o que e como fazer. Faltavam salas, mobiliários, auditórios. Pode-se dizer que foi uma coisa imposta de fora para dentro. Houve vários locais cogitados e só não foi cogitado o mais óbvio de todos que era a própria Praia Vermelha, todos aqueles terrenos eram da Universidade. Ela podia ter feito ali o que quisesse com muito mais vantagem do que no Fundão. Mas perderam um tempo enorme em discussões sobre vários lugares, até que optaram por uma coisa absurda que era um lugar inóspito. Há trinta anos, você pode imaginar o que era chegar no Fundão. Nem a escolha do local, nem a mudança corresponderam à vontade dos professores e alunos. Por todas as razões, os professores e alunos preferiam estar até hoje na Praia Vermelha” (E 2, década de 40, adjunto).

Em 22 de janeiro de 1970, o presidente Emílio G. Médici assinou o decreto nº 66.105, abrindo um crédito especial de 23 milhões de cruzeiros para acelerar as obras na Cidade Universitária, que haviam começado efetivamente a partir de 1964 com a criação do Escritório Técnico da Universidade (ETU), que assumiu a responsabilidade de planejar e executar as obras. A verba destinada à Universidade resultou da transferência dos recursos destinados à EXPO-72, comemorativa do sesquicentenário da Independência. A partir deste momento, as

obras foram aceleradas e, em 1973, foi determinada a transferência das instalações da Praia Vermelha para a Ilha do Fundão⁷ e a venda dos prédios existentes para aplicação do dinheiro apurado nas obras da Cidade Universitária. Nas novas instalações da Ilha do Fundão, a direção da Faculdade de Medicina foi instalada no bloco K do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e, nas dependências da direção, ficaram localizados, logo na entrada, o pergaminho que contém a ata da instalação da Faculdade na Praia Vermelha e retratos de alguns diretores, assim como o quadro que representa um ato cirúrgico realizado pelo professor Augusto Brandão Filho, “príncipe da cirurgia brasileira”. No gabinete do diretor, o retrato de D. João VI, e na sala de reuniões do Conselho Departamental, o grande quadro comemorativo da autorização aos diretores para emitirem diplomas, anteriormente localizado na Sala da Congregação da Praia Vermelha (Maia,1996). Mas, na narrativa desse professor, a mudança para o CCS comprometeu a dignidade e a imponência que a Instituição possuía ao mudar-se para um lugar tão pouco adequado na sua maneira de ver:

“De maneira que tudo isso se destruiu quando eles resolveram *manu militari* levar a Faculdade para o Fundão. Se eu fosse diretor da Faculdade, eu não teria ido. Nos colocaram nos galpões imundos sem dignidade. Aqueles quadros todos dos professores que estavam nos corredores foram amontoados num canto e, a maioria, estragados porque com o mofo, a umidade, e mesmo a destruição, a violência dos estudantes acabaram com aqueles quadros. Os que escaparam ficaram no gabinete do diretor e nos gabinetes dos diretores adjuntos” (E 4, década de 30, titular).

Quanto aos diversos serviços clínicos da Faculdade, eles permaneceram distribuídos pela Santa Casa de Misericórdia, Hospital São Francisco de Assis e Hospital Moncorvo Filho, até 1º. de março de 1978, quando foi inaugurado o Hospital Universitário (Maia,1996). Mas essa mudança do prédio da Praia Vermelha para o CCS da Ilha do Fundão foi algo desejado pelos professores? Carlos Chagas Filho, fundador do Instituto de Biofísica e diretor da Faculdade Nacional de Medicina no período de 1964 a 1966, apresentou sobre o episódio o seu depoimento:

⁷ O local é uma área constituída pelo conjunto de nove ilhas, interligadas por aterros. Assim, as Ilhas do Fundão, Baiacu, Cabras, Catalão, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Bom Jesus e Sapucaia constituem o atual campus universitário da Ilha do Fundão, com aproximadamente 4.500.000 m² de área (Maia, 1996).

“Tentei, em vão, demover Pedro Calmon e seus assessores de transferir a universidade para a Ilha do Fundão. Várias razões me levaram a isto. Em primeiro lugar, a dificuldade de condução para alunos e mestres, principalmente para aqueles. A idéia falaciosa de que o Fundão correspondia ao centro geométrico da cidade, que punha os alunos da região norte e os alunos da região sul aproximadamente equidistantes do centro da universidade, não me parecia válida. Além do mais, a mudança para o Fundão não era, de modo algum, a meu ver, o mecanismo mais fácil e eficaz para estabelecer traços de ligação espiritual e material entre as várias unidades da universidade, mesmo porque as distâncias existentes na ilha criada, ou quase criada, no fundo da baía, eram grandes” (Chagas Filho, 2000: 141 e 142).

O relato seguinte, entretanto, ressalta que se não foi um desejo de seus professores, tampouco houve reações contrárias:

“A vinda para o Centro de Ciências da Saúde e essa incorporação, a Reforma com a criação dos institutos básicos das disciplinas básicas que atendessem a toda a área da saúde, não foi um projeto reivindicado embora também não tenha sido muito combatido, não. Ele não foi desejado, mas também não foi rejeitado” (E 3, década de 60, adjunto).

Quais foram as conseqüências dessa mudança no ambiente escolar? Temos depoimentos que destacam o problema da distância (do resto da cidade e mesmo no interior do próprio Fundão) e uma arquitetura que não favorece um convívio amistoso ou o desejo de permanecer mais tempo além do necessário, pois não é acolhedora, na percepção de seus professores:

“Hoje em dia, até considerando dificuldades como trânsito, locomoção, a gente percebe que o aluno só fica aqui durante o período que é necessário ficar. Se ele tem aula no turno da manhã e no turno da tarde, ele fica. Mas se ele tem o turno da manhã e não tem o turno da tarde, a maioria não fica. Ele vai estudar em casa, ele vai estudar em outro local, a não ser que ele esteja inserido em algum programa de iniciação científica, ele possa ir para o laboratório. É preciso criar locais de convivência realmente agradáveis, pois as pessoas não têm onde ficar aqui quando a sua programação está esgotada e isso a gente fala do aluno e do professor também. Naquela época você tinha o prazer, tanto é que se criou quase que um amor místico em relação à Faculdade de Medicina da Praia Vermelha que suscita até hoje manifestações em relação à destruição daquele prédio” (E 3, década de 60, adjunto).

Mas, observe-se que é uma comparação que só pode ser feita por quem estudou nos dois lugares:

“Quando a Faculdade mudou, a gente já não tinha aula na Faculdade, não. A gente ficou triste porque era a Faculdade, enfim, a luta e logo depois o prédio foi destruído e ia ficar para os milicos. Mas eu me lembro que a minha irmã entrou já aqui e ela gostava de vir para cá e eu achava engraçado porque eu ficava sempre comparando que era muito melhor; era muito mais rápido; era muito mais bonito. Mas ela não achava, porque ela não viu o outro lugar, ela gostava” (E 15, década de 70, adjunto).

O deslocamento do campo das ciências básicas, da Faculdade de Medicina para o Instituto de Ciências Biomédicas, favoreceu o crescimento da pesquisa básica, apesar das críticas às instalações e à distância do campus universitário.

“O fim-da-picada! Para a área básica a vinda para o Fundão foi boa, no fim provavelmente sim. A gente se acostuma, mas as construções são péssimas, muito ruins, antifuncionais. Isto é um fim-de-mundo. À distância a gente se acostumou, mas na época isso aqui era um fim-de-mundo, desolado, quente, cheio de bicho. Não era um desejo dos professores. Foi uma imposição, isso já estava no papel há muito tempo” (E 13, década de 50, adjunto).

Contraditoriamente, os professores consideraram, também, que a mudança era algo inevitável, pois o Hospital seria finalizado lá no Fundão, mesmo, e isso favoreceria a reunião de toda a Faculdade em um só lugar:

“Primeiro é preciso separar o desejo de possuir um Hospital próprio, algo que está presente desde o início do século XX. Quanto à mudança para o Fundão, isso era algo previsto há muitos anos para toda a Universidade. O Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira e a área tecnológica já tinham ido para lá desde a década de 50, de maneira que era inevitável que não só a Faculdade de Medicina como todas as outras teriam que ir também” (E 21, década de 30, titular).

Para Cunha (2000), as rápidas e profundas mudanças do ensino superior brasileiro nos anos 60, especialmente das universidades federais, foram acompanhadas e, até certo ponto, propiciadas por não menos rápidas mudanças no espaço universitário. Conforme pudemos ver, a mudança de sua instalação no prédio da Praia Vermelha em 1973 para o Centro de Ciências da Saúde significou a perda de uma sede própria, levando à perda de sua própria individualidade, pois foi alojada em cerca de três salas em um dos blocos, que é compartilhado com as direções de outras escolas e faculdades da área da saúde. Nesse depoimento, podemos ver como foi difícil para um antigo professor compreender que o departamento no qual sempre trabalhou não pertencia mais à Faculdade:

“Ele me chamou na casa dele e disse:

__ ‘Olha eu estou te chamando aqui porque eu vou morrer. Eu quero que você faça uma coisa lá no Departamento’.

E misturou tudo, né, pois esse departamento já não era mais da Faculdade:

__ ‘Têm um armarinho, uma estante, uma vitrine e tem isso, tem aquilo, aquilo outro, tem não sei o quê, tem um retrato do fulano, um retrato do ciclano, tudo isso você vai lá porque aquilo tudo é da Faculdade de Medicina’.

Consegui parte. Eu não podia pegar o armário e a estante, pois não era tão simples, aquilo ali foi todo re-dividido, uma complicação” (E 19, década de 60, adjunto).

Nessa primeira etapa, a primeira consequência visível da mudança para a Faculdade foi a perda da primazia das disciplinas do ciclo básico do seu próprio curso médico, pois o campo das ciências básicas da área da saúde, com seus respectivos professores, foi deslocado para o Instituto de Ciências Biomédicas. Ela que, até então, era a responsável por esse papel, não apenas no curso de medicina, mas também para as demais profissões da área da saúde. Com o passar do tempo, esses docentes deixariam de ser médicos na origem e passariam a ser provenientes de carreiras que têm na pesquisa básica sua atividade finalística. Em seguida, 1976, viria a destruição do Prédio da Praia Vermelha.

2.3

A destruição do prédio da Escola da Praia Vermelha: 1976

A importância do registro dessa memória para as novas gerações pode se justificar pelo desconhecimento de um professor de geração mais recente sobre o assunto:

“Tem certeza? É mesmo! Eu pensei que ela tivesse sido demolida imediatamente. Engraçado. Em 76, é? Não, não me lembro. Estava no básico no Fundão, não estava acompanhando isso de perto, não. Não tenho registro na minha memória disso, para mim tinha sido demolida logo” (E 20, década de 80, assistente).

Como os professores da época expressam a reação ao episódio? Eles acharam que a mudança era indispensável, o que ninguém se conformou foi terem destruído aquele que era “o prédio mais bonito do Rio de Janeiro!” A demolição foi “um susto, uma surpresa”, pois foi imprevisível para a grande maioria de

professores e alunos na época. Foi uma traição e teve um sentido de derrota da Faculdade de Medicina para o regime militar. Do ponto de vista histórico e cultural, eles consideraram que foi uma perda muito grande, embora não fosse um prédio tão antigo. E qual teria sido o motivo para a demolição do prédio de forma tão repentina? Existem algumas explicações a respeito. A primeira delas está relacionada ao movimento estudantil e o que isso representou de oposição à ditadura; então, nesse caso, teria sido por punição:

“Foi muito mais uma retaliação política ao que aquilo representava de símbolo de resistência. Porque foi assim em 64: lá se reuniu muito para se posicionar contra o golpe; depois, durante aquele período até 68 quando houve um endurecimento mais definitivo da ditadura e, mesmo no início da década de 70, reunia-se ali na Praia Vermelha, juntava-se ali para poder se manifestar contra aquilo tudo” (E 3, década de 60, adjunto).

Entre aqueles que estabelecem uma relação direta entre a militância estudantil e a destruição do prédio chama atenção esse relato: “Das pessoas que estiveram negociando até a última hora a invasão foi o professor Clementino Fraga, o (Lauro) Solero na época em que invadiram e...” (E 10, década de 40, titular). Observe-se que ele confundiu o episódio da destruição do prédio na década de 70 com o da invasão do prédio da Praia Vermelha na década de 60, ambos durante a ditadura. É um lapso de memória que pode reforçar a hipótese de retaliação da ditadura para com o movimento estudantil, que foi muito intenso, na Escola da Praia Vermelha. No depoimento seguinte, é comentado que setores do corpo docente à época fizeram (ou permitiram) um acordo (formalmente ou não) para que o prédio fosse vendido em troca dos recursos que possibilitaram posteriormente a conclusão do prédio do Hospital Universitário da Ilha do Fundão:

“Entre a Reitoria e pessoas ligadas à Reitoria, que tinham grande interesse na transferência e na implantação do Hospital, que aquilo foi um acordo até com o próprio governo. O governo derrubaria aquele prédio, cederia o prédio parece que era para a Eletrobrás, e aí os recursos seriam destinados à implantação definitiva do Hospital aqui, que era uma pretensão também. Não se pode negar que era uma pretensão nossa” (E 3, década de 60, adjunto).

De acordo com os relatos, quando a Eletrobrás comprou, usou a técnica muito comum nas incorporadoras de construção. Quando compram casas que têm

valor estimativo, que há risco de serem tombadas – “você compra na sexta-feira, e no sábado e domingo você destrói tudo que é importante. Então, na segunda-feira se quiserem tomar, o prédio já está inutilizado” (E 2, década de 40, adjunto). A Eletrobrás não conseguiu construir porque os estabelecimentos militares que existem ali na Urca impediram isso. A UNI-Rio cujo reitor era Guilherme Figueiredo, irmão do general Figueiredo, o último presidente do regime militar, conseguiu verba e comprou. Então, o que era da UFRJ hoje é da UNI-Rio. Teria sido também para impedir que posteriormente ocorresse um movimento de retorno à Praia Vermelha. Além do mais, houve especulação financeira com a venda do terreno:

“É que as pessoas ficaram seguramente com receio de que mantido o prédio acabava voltando. Então é meio política de terra arrasada para não permitir o retorno. Foi derrubado porque foi vendido pelo governo federal à Furnas, que ali ia construir sua sede. Ali, o que aconteceu? Essa empresa tinha uma dívida com a União e ela pagou a dívida com esse terreno. Foi uma jogada. Ela comprou o prédio, derrubou, virou terreno, valorizou e devolveu pelo valor novo maior. E aí o que o governo fez? Entregou à UNI-Rio” (E 6, década de 60, titular).

Dessa forma, foi vendido com a aquiescência do Conselho Universitário:

“O que importa é que o Conselho Universitário aprovou a doação do terreno na época para conseguir com a venda do terreno recursos para bancar a Fundação José Bonifácio. Isso é uma versão. A outra, é que o Conselho Universitário não teve alternativa, pois isso foi decidido pelos militares e eles queriam o terreno para a Vale do Rio Doce. Talvez o professor (Clementino) Fraga (Filho) possa lhe dizer o que aconteceu realmente em relação a isso” (E 7, década de 70, adjunto).

Enfim, vê-se que ainda é um tema pouco discutido, com variadas versões, e que permanece espinhoso para os professores, ainda hoje, 27 anos depois:

“Até hoje ninguém sabe. Isso foi feito na época da ditadura, tão a portas fechadas; foi uma negociação tão ‘caixa preta’ que ninguém sabe o que aconteceu realmente. Há pessoas que dizem e as pessoas não falam nesse assunto” (E 7, década de 70, adjunto).

Se as razões objetivas que levaram o regime militar a se definir pela venda da sede da Escola na Praia Vermelha, a fim de obter recursos que cobrissem os gastos com a transferência para o Fundão, e até mesmo, permitissem o término do

Hospital Universitário, com obras paralisadas havia décadas, não impedem que sua demolição tenha adquirido, para esse grupo de professores, também, o sentido de punição, sua eliminação física contribuiu para o apagamento da memória das instituições de ensino superior da existência desse espaço social e do que ele em diversos momentos representou no conjunto da história do país. Mas qual foi a repercussão da derrubada do prédio na época entre os professores e ex-alunos? Quais as atitudes tomadas pela comunidade da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha? De fato, não houve nenhuma tomada de posição coletiva após o fato consumado, de acordo com os depoimentos obtidos. São relatos de atitudes solitárias de demonstração de sofrimento e nostalgia:

“Houve o aniversário da formatura (de um médico) e ele pegou um pedacinho de azulejo lá do chão e das paredes da faculdade. Quebrou aquilo em pedacinho e botou um pedacinho dentro de um estojo para dar para cada um dos colegas dele. E até hoje tem gente que pára lá na frente e chora” (E 2, década de 40, adjunto).

Na fala dos professores, as lembranças são evocações de uma imagem, de um ícone da distinção, de prestígio social, e de um passado glorioso para a medicina:

“Você viu que ali na entrada da minha sala tem lá aquela fotografia e em todos os serviços que você for tem gente com aquela fotografia porque é como se você pusesse a fotografia do seu pai que morreu, quer dizer o pessoal chora muito” (E 6, década de 60, titular).

Temos relatos de atitudes que procuram expressar revolta, indignação: “Eu não passo mais lá. Se eu tiver que passar, alguém dirige o carro para mim e eu vou olhando para o outro lado.” Ou depoimentos que consideram que no episódio houve conivência, oportunismo ou descaso, talvez: “Teve um monte daqueles móveis antigos, os azulejos, foram tirados por uma série de professores da Faculdade. Se foi verdade isso eu não sei.” E nesse relato, enfim, a justificativa para a impossibilidade de reação de toda uma geração: “Eu acho que hoje haveria uma movimentação. Naquela época não haveria nem condições para isso e as lutas também eram tão grandes que aquilo chegou a ser pequeno em vista do descalabro que existia no país” (E 12, década de 70, adjunto). Caso não tivesse sido demolido, qual deveria ser a sua destinação hoje? Ele estaria mais para uma jóia,

um ornamento, o elemento de sua distinção em relação às demais escolas médicas do País.

“Por exemplo: a Academia Nacional de Medicina, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Conselho Regional de Medicina. Instituições nobres da medicina do Rio de Janeiro poderiam ocupar o prédio. Poderia se fazer daquilo um museu da medicina, a história das pesquisas, um museu da própria Faculdade de Medicina” (E 6, década de 60, titular).

“Lá poderia ser, por exemplo, a biblioteca. E podiam até fazer um centro de convenções, um centro cultural da Faculdade. Eu não estou dizendo que impediria de mudar para cá porque destruíram depois.” (E 15, década de 70, adjunto). Não encontrei, portanto, por parte dos professores nenhum projeto para o curso médico de graduação que pudesse ser executado naquele espaço físico, nos dias atuais. Considero que, nesse sentido, a interpretação desse professor foi precisa, sintética: “Eu acho que foi uma coisa afetivamente ruim para nós, mas assim do ponto de vista do ensino aquilo não interferiu nada; do ponto de vista didático, científico, não penso que tenha interferido em nada.” (E 18, década de 60, titular).

2.4

A implantação do Hospital Universitário: 1978

De acordo com Maia (1996), não tendo sido construído o Hospital das Clínicas, nem o Instituto de Anatomia conforme estava inicialmente previsto por ocasião da obra do prédio da Praia Vermelha, no início do século XX, a Faculdade teve que funcionar em instalações espalhadas por toda a cidade. Durante mais de cinquenta anos as aulas do curso médico de graduação foram distribuídas pelos seguintes locais: prédio da Praia Vermelha, Instituto de Psiquiatria e Instituto de Neurologia, ambos na Praia Vermelha, e na Maternidade Escola, em Laranjeiras, construída em 1904 e incorporada à Faculdade em 1918. Na Santa Casa de Misericórdia, na rua Santa Luzia, no Hospital São Francisco de Assis, no Mangue, e no Hospital Moncorvo Filho, situado na rua do mesmo nome, ficavam os grandes Serviços de Clínica Médica, que eram à época - diga-se de passagem -, o eixo fundamental do curso médico.

“Antigamente nós tínhamos, por exemplo, uma aula na Praia Vermelha de oito às dez e de dez ao meio-dia no Mangue, no São Francisco de Assis, quer dizer, a aula terminava mais cedo aqui e começava mais tarde lá. Ao passo que no Fundão, não. Lá está tudo no mesmo lugar, e hoje com o Hospital Universitário lá, nada melhor do que estar tudo ali” (E 8, década de 40, adjunto).

Segundo Maia (1996), como as cátedras eram independentes e não havia uma coordenação central ocorriam casos em que uma aula terminava às dez horas na Santa Casa, no Castelo, e outra para a mesma turma começava no Instituto de Psiquiatria, na Praia Vermelha, ou no Hospital São Francisco de Assis, no Mangue, no mesmo horário:

“Do ponto de vista do ensino, a vinda para o Fundão teve vantagens porque o fato de a turma anteriormente se separava e ia para serviços diferentes, acho que não garantia muito a formação. Eu me lembro até que havia alguns serviços na Santa Casa que alguns alunos queriam ir porque eram muito bons. Uma disputa pelo serviço do professor Clementino Fraga (Filho) porque era um serviço assim mais conceituado enquanto outros serviços que as pessoas não queriam porque achavam que o serviço era desorganizado, não davam atenção aos alunos. E isso com a vinda para o Hospital Universitário tornou o processo mais democrático, foi um ganho. Era uma luta na época do movimento estudantil, também, da praia da Urca; da Faculdade ter um hospital universitário. Então, eu acho que a vinda para cá, para o Hospital Universitário, tornou o ensino de melhor qualidade, mais homogêneo” (E 12, década de 70, adjunto).

Essa significou, portanto, a segunda mudança pela qual a Faculdade de Medicina passou durante a década de 70 do século XX. Para muitos professores, entretanto, foi de fato a “verdadeira” mudança:

“As pessoas que já tiveram o básico na Ilha do Fundão viveram muito mais isso do que nós. Eu fiquei esse tempo todo lá na nossa casa da Praia Vermelha, e depois fiquei muito dentro do Hospital. A gente soube que Anatomia, Histologia, Bioquímica, Biofísica, Parasito, Farmaco, não eram mais da Faculdade de Medicina, eram do tal do ICB - o Instituto de Ciências Biomédicas e que eram dadas por professores vários para todas as carreiras da Saúde: Enfermagem, Nutrição, Educação Física, Biologia. Para a gente era tudo mais ou menos parecido, era tudo igual. E a gente continuava lá, porque na parte hospitalar não mudou nada, era na Santa Casa. Em março de 78 é que fomos para o Hospital, entendeu? A gente não entendia muito bem e só começamos a viver quando nos mudamos para o Fundão” (E 19, década de 60, adjunto).

Reunir os professores das três clínicas que funcionavam na Santa Casa de Misericórdia, no Hospital São Francisco de Assis e no Hospital Moncorvo Filho, em um só espaço físico - o novo espaço social - representou um processo de adaptação muito difícil.

“Havia uma corporação enorme não querendo ir para o Fundão. Em parte, pelas conveniências pessoais mesmo. Mas eu acho que a principal razão não foi essa não. A principal razão eu acho que era perder a sua identidade como pessoa. Eu saí de uma estrutura familiar que era a Santa Casa e a Praia Vermelha. Lá, se eu estava inseguro, os caras saíam do consultório e iam lá me dar segurança. Eu tinha um nome, entendeu? Então, eu fui para um hospital de treze andares com dois mil funcionários. Eu estranhei muito, eu me senti muito infeliz nos primeiros tempos. Achei assim bem pesada essa mudança, foi muito difícil! ” (E 7, década de 70, adjunto).

“O espaço ou, mais precisamente, os lugares e os locais do espaço social reificado, e os benefícios que eles proporcionam são resultados de lutas dentro de diferentes campos” (Bourdieu, 1999: 163). Verificamos sobre isso que o Hospital Universitário reconfigura os campos de atuação de cada um dos antigos serviços de Clínica, onde se trabalhava agregado em torno de um líder, o catedrático.

“O Fundão representou uma grande ameaça às pessoas porque todos os professores tinham seus serviços que eram feudos e lá no Fundão eles não teriam mais os seus reinados. Depois a Santa Casa e os outros lugares da Faculdade tinham um charme especial, porque tinham uma longa tradição. Para distribuir as pessoas no serviço de clínica médica houve uma guerra não declarada, muito intensa. Os professores em si resolveram muito bem. Mas as disciplinas do departamento, com gente de todo lado, isso custou muito a se resolver, e há áreas em que isso não se resolveu. Havia uma agregação em torno de um professor. E eles foram misturados. Uns poucos conheciam gente de todo o lado, mas a maioria vivia mesmo em seu pequeno mundo” (E 9, década de 50, titular).

Ressalte-se que, apesar da comunidade docente médica aspirar reunir todas as clínicas em um só lugar, nem todos concordavam que fosse no Fundão:

“A gente achava que realmente a universidade precisava ter um hospital, mas ninguém concordava que fosse ser no Fundão. A gente achava que dava para ser na Praia Vermelha. O Fundão era longe, era complicado, tanto que um bom número de professores optou por não ir, e de modo que nós fomos com grandes reservas. Todos nós tínhamos outras atividades, pois éramos muito mal remunerados. Era muito esforço para pouco salário. Foi uma coisa muito dolorosa, mas a gente, depois de uma

fase inicial de aclimatação, achou que foi favorável, pois não era o que a gente queria, mas era bom, muito bom, era um hospital bonito e quando ele começou era um hospital maravilhoso. A escolha do local deve ter tido alguma conotação política, de dinheiro provavelmente. Pelo menos é o que se dizia na época” (E 5, década de 50, adjunto).

As escolas médicas sempre aspiraram possuir hospital próprio, com o grau de diferenciação dos demais da rede de saúde; equipado em condições de imprimir qualidade científica aos diagnósticos e tratamentos; destinado a formar profissionais, em níveis de graduação e pós-graduação; capaz de atender a patologias complexas e de realizar investigação de caráter clínico, livre dos eventuais atritos e divergências com as administrações das entidades mantenedoras de estabelecimentos hospitalares conveniados. Uma série de fatores, todavia, concorreu para que se modificasse essa orientação. Entre eles, os altos custos operacionais de manutenção, recomendando melhor racionalização dos serviços médicos; as transformações sócio-econômicas, com parcelas cada vez maiores das populações que foram sendo cobertas pela Previdência Social; e o reconhecimento, que teve origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, de que os gastos com assistência social e hospitalar não eram considerados gastos com ensino, mesmo quando ligadas a este (Fraga Filho e Rosa, 1980).

“Tudo espalhado. Tanto é que, o projeto inicial do Fundão, ele foi feito tão grande assim porque permaneceriam ainda os Serviços, depois isso se desmanchou e se fundiu numa coisa só” (E 1, década de 70, assistente).

Mas como foi que o projeto de Hospital de Clínicas então se transformou em Hospital Universitário?

“O projeto que existia era do Hospital de Clínicas: cada Serviço era autônomo chefiado pelo professor catedrático. Então foi chamada uma empresa americana, *De Little*, de instalação de hospitais. Ela refez todo o projeto dialogando com essa Comissão. E aí surgiu a idéia de, ao invés de fazer um hospital de clínicas, fazer um hospital universitário. É uma filosofia diferente: ele acabou sendo um campo de treinamento de toda a área da saúde. Ele pertencia ao Centro de Ciências da Saúde e não à Faculdade” (E 6, década de 60, titular).

Um professor - expoente da clínica médica – portador, para a época, de formidável capital cultural, tanto em volume como em estrutura, confirmou em

seu depoimento o que vinha sendo narrado no relato de outros professores: sua liderança e o investimento maciço de seu indiscutível prestígio pessoal no processo de conclusão do Hospital Universitário:

“Empenhei-me a fundo e utilizei para isso todo o meu prestígio pessoal junto à minha clientela privada; e o fato de meu irmão na época ser reitor também ajudou muito no processo de implantação. Uma verba que inicialmente estava prevista para a comemoração do Sesquicentenário da Independência foi conseguida junto ao regime militar e utilizada nas obras que levaram à implantação do Hospital Universitário. Em troca, houve a alienação de vários prédios valiosos da UFRJ, dentre eles o da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha” (E 21, década de 30, titular).

Inaugurado em março de 1978, percebe-se que inicialmente ainda procurava-se manter a pompa característica das atividades, conforme ocorriam nas antigas Clínicas, e até mesmo do ambiente das aulas expositivas nos anfiteatros do antigo prédio da Praia Vermelha. Parece também que nesse período inicial de funcionamento do Hospital, mesmo dez anos após a Reforma Universitária, os antigos catedráticos, agora na condição de titulares, ainda mantiveram nesse período seu prestígio e poder ainda intactos.

“Mesmo aquelas sessões iniciais no anfiteatro que hoje tem lá, eram um negócio que ainda tinha essa solenidade. Era uma coisa desejada, uma coisa boa. Tanto era assim que havia uma disputa pelo poder interno: quem é que ia ser o diretor da Faculdade de Medicina; o diretor do Hospital; o chefe da Clínica Médica que bailavam por esses cargos - o professor (Luiz) Feijó, (José) Lopes Pontes, Clementino Fraga (Filho). Eles trocavam de acordo com o momento. Até a questão do uniforme... Você era obrigado a andar com um tipo de uniforme como professor: a fazenda era padronizada, tinha que ser daquele modelo. Você só podia usar *blazer* azul-marinho ou branco. Tinha umas normas de uso, você trocava a roupa lá no hospital. Tinha o vestiário, você chegava de roupa e trocava a roupa branca. Tinha cor, não podia ser assim... Era uma coisa solene, ainda tinha... O hospital no seu início tinha uma coisa muito!...” (E 1, década de 70, assistente).

Quanto às dificuldades ocorridas na convivência, e o estranhamento provocado pelo novo e diferente ambiente de trabalho e estudo, foram relacionados à enorme dimensão do novo espaço social que, na percepção de seus professores, propiciava o afastamento das pessoas. A convivência forçada com pessoas que viviam em diferentes mundos incomunicáveis anteriormente, e a distância da localização do Hospital, também foi um constante motivo de queixas.

“Pouco tempo depois começaram a surgir umas queixas. Que queixas eram essas? Da distância. Do tempo que você levava para ir de um lugar ao outro no Hospital. Você não se encontrava com as pessoas que você convivia. Enquanto que no São Francisco você chegava no pátio estava todo mundo antes de trabalhar tomando café, lá você perdeu, você ficou... Você chegava, passava tempo e não encontrava com ninguém, porque de repente não tem espaço de convivência. E mais: eu acho que hoje há uma mudança clara da postura do estudante, até de certos professores” (E 1, década de 70, assistente).

Outro fato que merece ser destacado é que enquanto as Clínicas da Santa Casa de Misericórdia, do Hospital São Francisco de Assis e do Hospital Moncorvo Filho, através de seus catedráticos, estiveram na vanguarda do processo de mudança para o Fundão, os Institutos⁸ enxergaram no Hospital Universitário um adversário, conforme explica esse professor, ex-diretor de Instituto:

“Mas ela (a mudança) não se consumou devido à minha resistência. O desejo do professor Fraga era que todas as Clínicas lá estivessem. Em princípio, isso é aceitável, mas não teria sentido destruir o edifício com a sua biblioteca, com a sua patologia, com seus serviços auxiliares e botá-lo num meio andar no Fundão. De maneira que a minha resistência não foi uma obstinação sem sentido, pois se eu aceitasse eu seria um débil mental. Deixar um edifício com vários andares, com todos os serviços auxiliares, até com um jardim e ir para um lugar em que eu não mandava nada e que ficava na fila do elevador. Não é possível! Isso é uma perda de dignidade do professor titular” (E 4, década de 30, titular).

E por que surgiram os Institutos no âmbito da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha?

“Os Institutos surgiram porque a Universidade não tinha Hospital, então os professores catedráticos da época que se diferenciaram saíram na construção das instalações que pudessem realizar os seus sonhos de ensino e pesquisa. Eram homens altamente diferenciados que criaram centros de excelência para as suas áreas de conhecimento. O catedrático ia aos deputados, ia aos senadores, conseguia verbas específicas para isso. Amigos dele faziam doações. Quando o Hospital foi criado os institutos começaram a morrer” (E 6, década de 60, titular).

⁸ Eram seis os institutos de especialidades: 1) Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, na Ilha do Fundão; 2) Instituto de Ginecologia, situado no Hospital Moncorvo Filho; 3) Instituto de Neurologia, no campus da Praia Vermelha; 4) Instituto de Psiquiatria, também na Praia Vermelha; 5) Instituto de Tisiologia e Pneumologia, recentemente deslocado para o Hospital do Fundão; funcionava anteriormente no Caju, e 6) Maternidade Escola, em Laranjeiras.

Esse professor, que pertencia a um serviço médico da Faculdade com grande autonomia de ação, explica em que condições se deram essa mudança para o Hospital Universitário:

“Com grande resistência. Porque nós tínhamos tudo muito bem estruturado. Nós éramos um grupo unidíssimo, nós tínhamos biblioteca, nós tínhamos laboratório que fazia tudo, nós tínhamos tudo! Era um hospital enorme, indefinido ainda, que até hoje há vários andares que não funcionam, que não têm nada! A gente ainda teve dificuldades para realizar os trabalhos que a gente realizava no Pavilhão porque não havia integração ainda com os laboratórios. Os novos laboratórios não iam com certeza participar como nós gostaríamos, então, quer dizer, houve perda de autonomia. A gente ficou ligada ao que o Hospital podia oferecer para a gente. Então, foi muito penoso, para nós foi muito sofrida a ida para lá. Nós fomos, tínhamos que ir. Na época se dizia que tinha que ir! Que era para mudar para lá, que não havia outra solução. A gente tinha que ir! Tinha que ir! E a gente foi! ” (E 14, década de 50, titular).

De um lado, houve a resistência individual de professores à mudança para o Hospital no Fundão, por considerar que a distância era muito grande ou por temer não ter volume de capital para as lutas concorrenciais que se travariam na conquista e domínio desse novo e complexo espaço social. Para muitos, a saída foi a aposentadoria. Quanto aos Institutos (com exceção do de Pediatria, que já estava no Fundão desde 1953) tem havido resistência à absorção de seus serviços pelo Hospital Universitário, até os dias de hoje.

“O professor (Clementino) Fraga (filho) conseguiu também uma determinação do reitor dizendo que todo e qualquer concurso que houvesse para a carreira docente o candidato vencedor teria que trabalhar no Hospital. Então os Institutos foram-se esvaziando porque os professores iam morrendo ou se aposentando. E como não entravam novos - porque não abriam concurso -, foram minguando as pessoas” (E6, década de 60, titular).

No final das contas, o Hospital Universitário não representou apenas uma mudança de lugar e de tipo de estrutura hospitalar, porém uma mudança muito mais profunda, uma mudança de um campo de medicina mais familiar, artesanal, com poucos recursos tecnológicos, para outro de características opostas e com destaque para as especialidades.

“O Hospital, eu achei que foi uma mudança para melhor. Como médico! Tudo bem, que o (Hospital) São Francisco era menorzinho, e que eram

ótimos aqueles professores todos; era uma família, sinceramente era uma família. A Família mudou de casa, as pessoas vieram para cá! Aqui tinha todas as especialidades, um hospital novíssimo com residência. Eu como médico nem se fala! Eu me adaptei muito rapidamente! E a distância, paciência, quer dizer, era mais distante o Hospital. Tudo era muito mais amplo, ou seja, diluiu, mas depois de pouco tempo a gente se ambientou. Quer dizer, eu acho assim que do ponto de vista da área médica, ou seja, a partir do terceiro ano eu não tenho dúvida nenhuma que foi muito melhor” (E 15, década de 70, adjunto).

O curso médico de graduação a partir da Reforma passou, então, a ser desenvolvido sob a direção de três unidades autônomas no contexto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como destaca esse professor: “São duas unidades, cada uma com um diretor! O ICB, da mesma maneira que a Faculdade de Medicina, tem o seu diretor e com o mesmo status. E tem o diretor do Hospital.” (E 2, década de 40, adjunto).

2.5

A Faculdade de Medicina e o Hospital Universitário, hoje

Há na percepção de professores a compreensão de que a destruição física do prédio repercutiu no prestígio da Instituição, pois hoje não existe uma sede inequívoca da Faculdade no Centro de Ciências da Saúde, como não há em lugar algum:

“Lá era uma coisa central (na Praia Vermelha). Lá era uma sede da Faculdade, e a gente perdeu a sede! Perdeu-se a identidade, pois virou uma sala no bloco K (do CCS). A Faculdade se perdeu. Houve uma perda com a saída da Praia Vermelha. Foi a perda da sede. Perdeu a mãe, pois mesmo que a mãe morasse longe a gente perdeu a mãe. Aquele gabinete lá da direção, eu achava o fim aquilo! Imagina! A nossa Faculdade ser reduzida àquelas três salinhas no bloco K. Eu achava horrível! ” (E 11, década de 60, adjunto).

Além da perda da sede, das instalações, tivemos a perda das disciplinas básicas para o Instituto de Ciências Biomédicas e o fato de que as disciplinas clínicas se materializam efetivamente no espaço do Hospital Universitário, todas elas razões, apontadas pelos professores, para que a identidade da Faculdade de Medicina esteja em crise:

“Mas acabou que o Hospital foi crescendo, crescendo. E os alunos: onde é a Faculdade de Medicina? Não sei, ninguém sabe. Por quê? A Faculdade de Medicina é onde? É no CCS? Não, não é no CCS, porque no CCS é o ICB, são as disciplinas do ICB. A Faculdade de Medicina é no Hospital? Só? É, mas é no Hospital, mas é onde? É dentro da enfermaria em que o aluno está? É na CAE, onde é lá a Coordenação de Atividades Educacionais? Se ele muda de enfermaria, é a outra enfermaria, onde é? Então, ficou uma coisa que não tinha sede, um referencial físico. E o referencial físico mais forte, o mais importante é o Hospital. A destruição do prédio (da Faculdade) nesse sentido foi fatal e proposital, eu acho. Então, você não sabe onde é a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Medicina passou a ser o Hospital! É claro que passou a ser o Hospital” (E 19, década de 60, adjunto).

Ainda entre as razões apontadas para a perda de prestígio e poder da Faculdade para o Hospital Universitário uma delas é a ausência de recursos financeiros que possibilitem um grau de autonomia da Faculdade no contexto da Universidade:

“Aí diz que a Faculdade não tem dinheiro. Então, hoje quem tem dinheiro, quem manda é o Hospital. Porque o Hospital segue a linha dos convênios, da modernização, da globalização. O cara botando escada de granito no Hospital, pintando ali, pintando aqui, entrando dinheiro. Fica difícil, né? ”(E 1, década de 70, assistente).

O Hospital Universitário passa a ser, então, o espaço social para onde se desloca o campo da educação médica. São lutas travadas no âmbito da Faculdade de Medicina; no interior do próprio Hospital; na relação dele com o Centro de Ciências da Saúde e, principalmente, com a Universidade. De acordo com Bourdieu (1989), uma das características do campo é que ele constitui um espaço onde se trava, entre os agentes, uma luta concorrencial decorrente de relações de poder existentes em seu interior; estas relações assimétricas derivam da distribuição desigual da espécie de capital dominante em cada um dos campos sociais. As diferentes estratégias desenvolvidas pelos atores no interior dos campos sociais encontram a sua explicação em função das posições que ocupam nesta polarização.

Há, inclusive, avaliações positivas sobre essa etapa do processo, tanto em relação à participação dessa nova instância de poder no contexto mais amplo da Universidade:

“Para mim foi um avanço. Certamente não é uma opinião prevalente porque tem muita gente que é mais tradicionalista e que acha que lá você tinha mais controle da Faculdade, tinha controle daquilo que se fazia e que hoje a coisa está mais diluída dentro de uma estrutura de Centro, pois há os Conselhos Superiores e a própria Congregação que tem autoridade nas decisões mais amplamente. E as próprias pessoas que se sentem diminuídas no seu prestígio, entre aspas, na verdade é muito mais no seu poder porque mesmo os titulares não têm mais aquele mando que tinha o catedrático antigo” (E 3, década de 60, adjunto).

Outro aspecto polêmico é quanto ao fato do Hospital não ser subordinado à Faculdade de Medicina como alguns de seus professores pretendiam. Isso estaria ou não previsto no regimento do Hospital?

“A Faculdade de Medicina está praticamente a reboque. Não precisa ser submetida. Primeiro, o Hospital só existe por causa da Faculdade de Medicina. Não houvesse Faculdade de Medicina não havia o Hospital. Foi um sonho dos professores da Faculdade de Medicina que fizeram o Hospital, foram os professores da Faculdade de Medicina que implantaram o Hospital, foram os professores da Faculdade de Medicina que tocaram o Hospital” (E 6, década de 60, titular).

O cumprimento do regimento é apontado como o meio capaz de garantir os critérios técnicos em vez dos critérios políticos na condução do Hospital, pois há queixas de que o proselitismo político junto ao quadro técnico e administrativo (que estaria hipertrofiado) do Hospital tem contribuído, também, para diminuir o poder dos professores - particularmente dos titulares - e, assim, indiretamente da Faculdade de Medicina:

“O regimento foi feito sólido, só que não foi respeitado pelas pessoas que vieram depois do professor (Clementino) Fraga (Filho). Enquanto ele foi diretor foi respeitadíssimo, depois que ele largou a diretoria surgiu a ‘democratite’ que foi uma doença que assolou o País depois da ‘Revolução’. Então tudo era por eleição, tudo era por assembleia, tudo tinha que ser votado. Então nós tivemos um problema seriíssimo na Faculdade e que ainda sofremos: desapareceu o professor competente e surgiu o professor popular. Então o professor para ser o diretor do Hospital tinha que ir lá nas entranhas do Hospital e tomar cafezinho com o caldeirão para conseguir voto: virou um vereador, um deputado. A universidade não é uma democracia. A universidade é uma meritocracia: têm direito a ocupar uma liderança, os líderes” (E 6, década de 60, titular)!

Vejamos o ponto de vista desse professor em defesa da autonomia do Hospital na relação com a Faculdade de Medicina:

“Tradicionalmente. O regimento nem diz que tem que ser professor, nem da UFRJ, nem da Faculdade de Medicina. O regimento é omissivo em relação a isso. O Hospital é um órgão suplementar. Então, ele se dirige diretamente ao reitor. A definição que eles deram na época foi de um duplo vínculo: ele tem um vínculo com o reitor e um vínculo com o CCS. Academicamente ele faz parte do CCS, mas administrativamente ele responde ao reitor. Então, na verdade o cargo de diretor do Hospital é um cargo de confiança do reitor”⁹ (E 20, década de 80, assistente).

A prevalência hoje do critério político em detrimento do critério técnico para ocupar cargos de chefia dos serviços médicos e da dissociação dessas chefias do nível de professores titulares, conforme vem ocorrendo, provoca comentários daqueles que se consideram diretamente prejudicados pelas mudanças que vêm ocorrendo no campo da educação e da assistência médica universitária:

“E assim foi durante os primeiros anos até que o pessoal do PT radical, os ‘xiitas’ destruíram o Hospital com política sindicalista dentro do Hospital, com eleição para chefe de Serviço (exemplifica) e essa série de coisas que eu já mencionei. O Hospital foi inaugurado em 78. Eu diria que isso foi com três ou quatro anos de Hospital. Em 82, 83 começou. Foi um grande hospital com excelentes serviços nos três, cinco primeiros anos quando começou a cair por conta disso” (E 5, década de 50, adjunto).

Na base dessa inversão de valores estaria – também - a existência de um quadro médico subordinado diretamente ao Hospital que hoje é bastante superior ao quadro docente médico (subordinado à Faculdade), contribuindo também para a diminuição de poder da Faculdade. Observo que esse é um fato criado com a implantação do Hospital no Fundão, pois na configuração anterior ao Hospital Universitário, todos os médicos que atuavam nos serviços de Clínica Médica e nos Institutos eram professores, mesmo que o vínculo não fosse formal, ou ainda que na qualidade de estagiários ou bolsistas.

⁹ A afirmação desse professor foi confirmada na leitura do regimento do Hospital Universitário. Encontrou-se o seguinte: Capítulo III (Da organização e funcionamento): Seção I (Do Conselho de Administração); Artigo 4; itens V, VI e VII - Os diretores da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem e o representante do corpo docente assistencial fazem parte da composição do Conselho de Administração do Hospital (Fraga, 1990: 119). Essa é a única participação que está garantida no regimento para a Faculdade de Medicina. Seção III (da diretoria geral) Artigo 9 – O Diretor Geral será designado pelo Reitor da Universidade, dentre os nomes indicados em lista tríplice pelo Conselho de Administração, com mandato de 4 (quatro) anos (op. cit., 1990: 123).

“Você tem lá no Hospital, por exemplo, vamos supor quinhentos docentes e mil e duzentos médicos, que não estão ligados à Faculdade de Medicina, mas estão ligados ao Hospital, então o poder do Hospital foi se hipertrofiando. Os médicos não têm um compromisso com a Faculdade de Medicina. Nenhum” (E 6, década de 60, titular).

Aqui, a percepção de quem defende o ponto de vista do Hospital:

“São de, aproximadamente, quatrocentos e cinquenta médicos e trezentos professores da Faculdade de Medicina. Para um Hospital Universitário com o grau de complexidade que o nosso tem; com a grande cobertura de plantões que a gente precisa ter em setores estratégicos, plantão é tipicamente uma atividade médica e um Hospital quanto mais complexo ele vai se tornando, ele tem um conjunto de funções críticas que exigem uma definição muito precisa de responsabilidade assistencial melhor adstrito ao médico. Os grandes hospitais universitários atualmente têm mais médicos do que professores!

De forma que, na avaliação do professor, o importante é que haja uma hegemonia da perspectiva acadêmica, “pois não pode haver planejamento da atividade assistencial sem o envolvimento do ensino e da pesquisa” (E 20, década de 80, assistente). Dos quarenta serviços do Hospital, 36 são chefiados por professores: “Se eles estiverem executando isso em consonância com os professores titulares, com um planejamento que envolva permanentemente atividades de ensino e pesquisa, isso não vai acontecer.” (E 20, década de 80, assistente). Hoje, o espaço concreto onde se materializam as atividades de assistência médica, ou seja, atividades inerentes ao ciclo profissional, é no Hospital Universitário, que não é subordinado à direção da Faculdade, como chegou a ocorrer no período pioneiro de implantação. Sobre as mudanças que vieram a ocorrer nesse campo nos esclarece esse professor:

“Você quer que eu te dê a resposta antes que você me pergunte? O Hospital e a Faculdade só viveram em plena harmonia, em plena integração, mesmo, quando fundou o Hospital, que era o (José) Lopes Pontes na direção da Faculdade, o professor (Clementino) Fraga (Filho) na direção do Hospital. Depois, quando saiu o professor Lopes Pontes - porque eles eram amicíssimos, eles eram o *alter-ego*, o que dizia um dizia o outro, uma beleza! Quando saiu o professor Lopes Pontes e entrou o Alípio Augusto Camelo - que era da ginecologia - a coisa já não foi assim porque havia uma certa competição. Sem querer isso, entendeu? ” (E 19, década de 60, adjunto).

Além do mais, a clínica médica cede a vez às especialidades, sinalizando outra mudança de campo, e os Institutos são sufocados devido ao processo de extinção do seu quadro docente, que não foi renovado, e muitas vezes devido à própria perda da razão de existir, já que o serviço prestado por eles também se encontra funcionando no próprio Hospital Universitário, como parece ser o caso da neurologia. Para esse professor, a Faculdade de Medicina hoje é o Hospital Universitário:

“Eu não faço diferença, não. Eu acho que a Faculdade de Medicina é o Hospital, entendeu? Eu sou professora da Faculdade de Medicina e não estou no Hospital, eu trabalho no Hospital há 25 anos, então eu não consigo dividir a minha parte professora e a minha parte médica, é uma só. Eu sei que o meu contrato aqui é de professor. Eu dou aula, mas se não tivesse hospital ia ser uma Faculdade de Medicina muito ruim, entendeu? Não se compara! Quem tem mais prestígio, o diretor do Hospital Universitário ou o diretor da Faculdade de Medicina? Quem tem mais poder? Depende para quê. Enquanto professor é lógico que eu vou precisar que o Hospital funcione bem, e eu vou interagir mais com o diretor do Hospital, até porque, eu quero que o Serviço funcione. Mas se o Serviço funciona, vai funcionar bem para o menino do quinto ano porque eu vou dar uma aula boa; eu vou dar bem para o interno; eu vou dar bem para o meu residente e é o que eu faço. E é dentro do Hospital, eu não vou mais na Faculdade, mas é tão bom estar tudo pertinho. Agora eu acho que não dilui, até porque o diretor da Faculdade é professor” (E 15, década de 70, adjunto).

Enquanto esse outro é definitivo: “Eu acho que o Hospital é mais poderoso que a Escola. O grande hit da Universidade é o Hospital. Em tudo por tudo o Hospital limpo, moderno, bem construído.” (E 5, década de 50, adjunto). Já a análise que apresento, a seguir, expressa em que condições a Faculdade se encontra hoje e o que é necessário fazer na avaliação desse professor para que seja construída uma nova identidade institucional. Para ele, esse é um problema que precisa ser resolvido a partir das iniciativas da própria Faculdade de Medicina, pois no dia-a-dia as decisões estão muito ligadas a essa atividade física de ver os doentes, de medicamentos; as salas de aula são no Hospital, então, a Faculdade de Medicina vai ficando cada vez mais abstrata.

“Existe um sentimento de culpa de muitos professores de uma falta de identidade da Faculdade de Medicina. A mudança da Praia Vermelha levou a uma perda de identidade, enfim, e vai ter que ser construída uma nova identidade, nós não vamos conseguir voltar ao que era antes. Então, eu acho que essa crise é real. O Hospital tem os instrumentos reais do

processo de transformação de poder; é o Hospital que executa um orçamento significativo. Não dá nem para comparar com o da Faculdade de Medicina. E ah sim! Os professores fisicamente estão dentro do Hospital! A sua relação física com o Hospital, o espaço que eles ocupam individualmente é dentro do Hospital. É essa a identidade. Então se a Praia Vermelha estava impregnada da identidade da Faculdade de Medicina ela nunca impregnou este prédio com essa identidade, pois ele não se propunha a ser o hospital da Faculdade de Medicina e sim um hospital da UFRJ” (E 20, década de 80, assistente).

Por fim, a Faculdade de Medicina perde prestígio e poder no âmbito da Universidade. Ela, que já se considerou maior que a própria Universidade, está atualmente desprovida de recursos financeiros e de prestígio político¹⁰.

“É, existe essa questão. Eu acho que a Faculdade de Medicina é a Faculdade de Medicina! Ela é que tem o prestígio social, entendeu? O prestígio que a Faculdade de Medicina tem hoje para mim, é maior que do Hospital Universitário, sem dúvida. Agora, do ponto de vista do poder político e poder financeiro o Hospital¹¹ ergue um descompasso entre o prestígio político com a sociedade e o prestígio, o poder político dentro da Universidade. Isso é que eu acho que a Faculdade está mesmo defasada. Hoje o Reitor vê mais o diretor do Hospital do que o diretor da Faculdade. Não foi sempre assim. Até a década de 70, final da década de 70, 80% dos reitores eram da Faculdade de Medicina. De 80 para cá, não teve nenhum. Teve o Alexandre Cardoso que foi vice do Horácio e ficou seis meses, mas depois do Hélio Fraga não teve ninguém. Então, a Faculdade de Medicina, do ponto de vista interno da Universidade, ela está em baixa sim, ela perdeu muito poder para o Hospital” (E 7, década de 70, adjunto)

Analiso que em última instância essa é uma luta pelo poder no âmbito da Universidade. Luta que, como vimos, envolve os professores - todos da própria Faculdade de Medicina -, colocados em posições opostas em relação a esse fato novo que é a consolidação do Hospital Universitário como espaço social que se autonomiza em relação à própria Faculdade no campo universitário. Em um dos pólos desse campo, defendendo o ponto de vista da própria Faculdade e de seu corpo docente (cujo desacordo é mais explícito entre titulares que foram destituídos das chefias dos serviços médicos do Hospital), e num outro pólo dessa luta, professores com uma visão mais identificada com o Hospital Universitário, e

¹⁰ Mota et al. (2000) consideram que o prestígio político da Faculdade de Medicina no contexto da Universidade é elevado, pois em 1998 um de seus docentes foi candidato a reitor e dois deles a vice-reitores.

¹¹ Esse orçamento significativo que o Hospital Universitário recebe é oriundo do pagamento por serviços assistenciais em saúde prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS/MS).

com uma base mais ampla de apoio - incluído aí seu grande quadro técnico e administrativo, onde prepondera um quadro médico bastante expressivo - e dirigindo-se diretamente ao Reitor. Essa luta se inicia, a partir de 1986, instante que se considera na narrativa dos professores como término do processo de instalação do Hospital Universitário e sobre o qual esse professor, que participou na condição de incontestável liderança do processo, evita se posicionar:

“Eu já tenho conhecimento dessa polêmica, mas você não vai conseguir arrancar de mim qualquer declaração que possa me colocar numa posição delicada em relação ao assunto. Estou aposentado desde 1985, mas como professor emérito ainda tenho direito à palavra na Faculdade de Medicina, e evito por isso fazer qualquer análise a respeito de todo assunto que seja polêmico por considerar que não devo exercer qualquer tipo de influência no funcionamento dessas instituições. Não vou me meter, não vou fazer crítica, pois para mim, essa é uma falsa discussão, sem fundamentos, já que o papel da Faculdade de Medicina é o ensino enquanto o objetivo do Hospital Universitário, a prática médica. Considero que o Hospital significa um avanço indiscutível ainda que com alguns pequenos percalços e recuos. É claro que eu sabia que o Hospital Universitário não iria pertencer exclusivamente à Faculdade de Medicina” (E 21, década de 30, titular).

Em seu depoimento, no conjunto, desqualificou a dimensão que essa pesquisa deu ao processo de luta identificado nas narrativas dos professores e aqui apresentado sob os seguintes aspectos: (i) divergências na interpretação do regimento do Hospital, favorável ou não à Faculdade de Medicina; (ii) processo de desvinculação pela direção do Hospital dos titulares de departamentos da Faculdade da chefia dos serviços médicos; (iii) desproporção entre docentes e médicos, e, (iv) desproporção entre o quadro técnico e administrativo e o corpo docente (geral) na composição do colégio eleitoral para a escolha do diretor do Hospital.

Catani et al. (2001), analisando a contribuição que Pierre Bourdieu traz através da sociologia aos educadores, assinala que há em seus trabalhos várias análises que fazem da educação e dos sistemas de ensino seu objeto central, cujo exame permite evidenciar mecanismos do conhecimento social. Dessa forma, a educação pode também esclarecer as formas pelas quais os agentes conhecem as instituições e se reconhecem nelas e, do mesmo modo, como operam esse conhecimento e reconhecimento no que diz respeito às produções simbólicas como a arte, ciência, religião e outras. Para a sociologia da educação praticada por

Bourdieu, afirma Catani, a questão a ser pesquisada em cada caso particular deve ser entendida sempre como “modalidade do possível”, isto é, “o invariante na variante observada” – e isto é sempre a contribuição do sistema de ensino e a forma específica pela qual esta se reveste para a reprodução da estrutura das relações, simultaneamente de força e simbólicas, entre todos os agentes sociais (grupos, classes, instituições). (p. 127 e 128).

Enfim, dessa seqüência de lutas concorrenciais decorrentes da implantação do Hospital Universitário, na narrativa seguinte, vemos a tentativa desse professor em situar como e quando ocorreu o deslocamento do prestígio e poder do campo da clínica médica, para o das especialidades:

“A Faculdade Nacional de Medicina tinha cinco Serviços de Clínica Médica e os cinco professores que eu já lhe disse. Quando eles foram morrendo, ou se aposentando, teria que haver concursos para professor titular de Clínica Médica. Sabe o que aconteceu? Nunca mais houve nenhum. Todos foram de especialidades. Exemplo: tinha concurso marcado para professor titular de Clínica Médica. Um nefrologista de renome questionou na justiça a abertura do concurso de Clínica Médica, pressionou, pois ele tinha muita força política, pois era médico do Golbery Couto e Silva que na época mandava no Brasil e então ele ganhou a parada. Ora, então um concurso que seria para professor titular de Clínica Médica foi para o titular de Nefrologia. A seguir, não me lembro se na ordem cronológica ocorreu a mesma coisa em Cardiologia: uma vaga titular de Clínica Médica foi ocupada por um professor titular de Cardiologia; a seguir uma vaga de professor titular de Clínica Médica foi ocupada por um professor titular de Pneumologia, quer dizer, nunca mais houve um concurso de professor titular de Clínica Médica! Acabou a Clínica Médica, quer dizer, a Clínica Médica se transformou numa soma de cátedras, mas a Clínica Médica não é isso! E na Cirurgia aconteceu a mesma coisa” (E 5, década de 50, adjunto).

As conseqüências práticas desse fato para a formação médica podem ser deduzidas dessa narrativa:

“Os Serviços eram bons quando não havia especialidade. Aliás, a tradição da UFRJ sempre foi a clínica médica e não as especialidades. Funcionaram assim nos primeiros anos, depois os especialistas começaram a fazer pressão para também terem leitos. (...). Quando isso começou a ser anunciado eu cantei a pedra e falei com o meu chefe na época que era o professor Feijó: isso vai ser uma tragédia porque o ideal é que o Serviço funcione como clínica médica porque os ‘cárdios’, os ‘nefros’, os ‘neuros’ vão lá dar parecer, mas a gente é que assume o doente, até porque os doentes têm múltiplas patologias, então o doente de cárdio como é que vai ficar? Numa ala de cárdio e o cardiologista vai lá, vai tratar do doente cardíaco e não vai nem tratar do

diabetes dele porque ele não vai ter interesse, porque ele não sabe, ele é superespecializado. Então isso começou a piorar e foi uma das razões que o Hospital começou a cair. Foi a distribuição por especialidades” (E 5, década de 50, adjunto).

No caso da Faculdade de Medicina da UFRJ, as conseqüências que o processo de mudança físico–espacial representou para a formação médica estão sintetizadas nas palavras deste professor:

“Eu acho que essa é a grande mudança - a ida para o HU, embora tenha havido alguma mudança no ciclo básico com a ida para o CCS. Mas em relação à identidade profissional médica eu acho que essa é que é a grande mudança. Em termos de perfil de professores certamente deve ter mudado um pouco, eu acho que a medicina ficou toda mais especializada nesses trinta anos e os professores com certeza especializados. Eu me lembro que nós quando nos formamos nós não tínhamos nem ultra-som na Faculdade, não existiam métodos de imagem” (E 17, década de 70, adjunto).